



ATA da 299ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 24/08/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às onze horas e trinta minutos, em sua sede na Avenida Venezuela, cento e dez, segundo andar, na sala de reuniões da presidência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a ducentésima nonagésima nona Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Conselho Diretor do INEA (CONDIR), instituída pelo Decreto Estadual nº 41.628, de doze de janeiro de dois mil e nove. Na Reunião, estavam presentes os Senhores Conselheiros: Marcus de Almeida Lima, Presidente; Jose Maria de Mesquita Junior, Vice-Presidente; Lincoln Nunes Murcia, Diretor de Administração e Finanças (DIAFI); Julia Kishida Bochner, Coordenadora de Mecanismos de Proteção a Biodiversidade (COMBIO), representante da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP); Mariana Palagano Ramalho Silva, Diretora de Licenciamento Ambiental (DILAM); Claudio Jorge de Hollanda Gosling, Assessor, representante da Diretoria de Recuperação Ambiental (DIRAM); Fátima de Freitas Lopes Soares, Assessora, representante da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DISEQ). Os demais constam na lista de presença. **I. Abertura:** Abrindo os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos e deu início à reunião. **II. Definição de procedimentos para arquivamento dos processos de demarcação de Reserva Legal, em razão da existência no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de módulo para validação das Reservas Legais.** Decisão: Conforme considerações da representante da DIBAP e considerando: (i) o estabelecido no artigo 14, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 12.651/2012, que estabelece que o órgão ambiental deverá aprovar a localização da Reserva Legal após inclusão do imóvel no CAR; (ii) que, após a implantação do Módulo de Análise do CAR, as áreas de Reserva Legal serão aprovadas por meio do Sistema do CAR (SICAR); (iii) que já estão sendo empenhados esforços para ativar o módulo de validação do CAR no âmbito do Estado do Rio de Janeiro conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Conselho Diretor aprovou os procedimentos listados a seguir para arquivamento dos processos de demarcação de Reserva Legal: a) os processos administrativos de aprovação de Reserva Legal onde **são verificadas pendências** documentais ou inconformidades técnicas, cujo Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR já tenha sido apresentado nos autos processuais serão arquivados, passando a análise da Reserva Legal do imóvel a ser realizada via SICAR; b) os processos administrativos de aprovação de Reserva Legal onde **não são verificadas pendências** documentais ou inconformidades técnicas, cujo Recibo de Inscrição do Imóvel Rural

no CAR já tenha sido apresentado nos autos processuais, deverá ser emitida Certidão Ambiental (CA) de aprovação da localização da Reserva Legal; c) os processos administrativos de aprovação de Reserva Legal com pendência de apresentação do Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR deverão ser notificados e, logo que atendida a notificação, os processos serão arquivados; d) em casos de Licenciamento Ambiental em que seja verificada a necessidade de demarcação da área de Reserva Legal, deverá ser exigida como condicionante apenas a apresentação do Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR e não mais a abertura de procedimento administrativo para aprovação de Reserva Legal; e) os processos administrativos já abertos de aprovação de Reserva Legal oriundos de demanda do Ministério Público e/ou de compensação de Reserva Legal seguirão os trâmites normais de análise, conforme documentação exigida pelo INEA para aprovação de Reserva Legal; f) Notificar os requerentes sobre o procedimento e o arquivamento do processo (seguir modelos em anexo); g) para arquivamento dos processos e exclusão dos processos da lista de passivos, deverá ser lançado no sistema o indeferimento do processo, justificando que a Reserva Legal será aprovada por meio do SICAR; h) dar baixa nos processos de aprovação de Reserva Legal já concluídos (Declaração/Termo de Compromisso) visando à desvinculação no Sistema do INEA, após aprovação pelo CONDIR. **III. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos. Em seguida, lavrou a presente ata que vai assinada por ele e por todos os Conselheiros do Instituto Estadual do Ambiente presentes nesta data.

MARCUS DE ALMEIDA LIMA

Presidente
Id. f. 4464539-2

JOSE MARIA DE MESQUITA JUNIOR

Vice-Presidente
Id. f. 2148115-6

LINCOLN NUNES MURCIA
Diretor de Administração e Finanças
Id. f. 2145804-9

JULIA KISHIDA BOCHNER
Representante da Diretoria de Biodiversidade e
Áreas Protegidas - Id. f. 4347935-9

MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA
Diretora de Licenciamento Ambiental
Id. f. 4347983-9

CLAUDIO JORGE DE HOLLANDA
GOSLING
Representante da Diretoria de
Recuperação Ambiental - Id. f. 2868762-0

FÁTIMA DE FREITAS LOPES SOARES
Representante da Diretoria de Segurança Hídrica e
Qualidade Ambiental - Id. f. 2151173-0

ANEXO I

NOTIFICAÇÃO PARA PROCESSOS QUE JÁ POSSUEM INSCRIÇÃO NO CAR

Prezado Senhor (a),

Considerando que tramita neste Instituto o processo administrativo E-07/..., aberto em XX/XX/XXXX, para aprovação de Reserva Legal;

Considerando o estabelecido no artigo 14, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 12.651/2012, que estabelece que o órgão ambiental deve aprovar a localização da Reserva Legal após inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR);

Considerando que já foi apresentado no âmbito do processo administrativo em referência cópia do Recibo de Inscrição do Imóvel CAR; e

Considerando que, após a implantação do Módulo de Análise do CAR, as áreas de Reserva Legal serão aprovadas por meio do Sistema do CAR (SICAR);

Vimos através desta notificação informar que o presente processo administrativo será arquivado, passando a análise da Reserva Legal do imóvel a ser realizada via SICAR.

Ressalta-se que, quando da validação das informações cadastradas no CAR, caso sejam verificadas pendências no cadastro, o proprietário ou possuidor do imóvel rural será notificado a fim de sanar as inconformidades que porventura sejam verificadas.

Observação: Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com a Gerência do Serviço Florestal (GESEF) através do telefone (21) 2332-5521.

ANEXO II

NOTIFICAÇÃO PARA PROCESSOS QUE NÃO POSSUEM INSCRIÇÃO NO CAR

Prezado Senhor (a),

Considerando que tramita neste Instituto o processo administrativo E-07/..., aberto em XX/XX/XXXX, de aprovação de Reserva Legal;

Considerando o estabelecido no artigo 14, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 12.651/2012, que estabelece que o órgão ambiental deve aprovar a localização da Reserva Legal após inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR); e

Considerando que, após a implantação do Módulo de Análise do CAR, as áreas de Reserva Legal serão aprovadas por meio do Sistema do CAR (SICAR);

Fica V. Sa. notificada a apresentar em um prazo máximo de 30 (trinta) dias:
- Cópia do Recibo de Inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Após apresentação do Recibo de Inscrição do CAR, o presente processo administrativo será arquivado, passando a análise da Reserva Legal do imóvel a ser realizada via SICAR.

Ressalta-se que, quando da validação das informações cadastradas no CAR, caso sejam verificadas pendências no cadastro, o proprietário ou possuidor do imóvel rural será notificado a fim de sanar as inconformidades que porventura sejam verificadas.

Observação: Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com a Gerência do Serviço Florestal (GESEF) através do telefone (21) 2332-5521.